

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

COMPLIANCE DA PRIVACIDADE, PROTEÇÃO DE DADOS E LGPD

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

COMPLIANCE DA PRIVACIDADE, PROTEÇÃO DE DADOS E LGPD

DISCIPLINA:
LGPD – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
RESUMO
A gestão eletrônica de documentos (GED) é uma evolução natural da gestão documental convencional, que tem como base o papel. A gestão de documentos convencional é um processo caro, lento e sujeito a erros, que exige muito espaço físico e muito tempo para gerenciamento e recuperação de documentos. O GED substitui o gerenciamento manual de documentos pelo gerenciamento digital, o que traz inúmeras vantagens. Com o GED, documentos podem ser facilmente digitalizados, indexados e armazenados em um sistema eletrônico centralizado. Isso permite que documentos sejam recuperados rapidamente por meio de pesquisas por palavras-chave e evita a perda ou destruição de documentos físicos. Além disso, a gestão eletrônica de documentos também melhora a segurança dos documentos, uma vez que é possível definir níveis de acesso aos documentos, criptografá-los e protegê-los contra alterações não autorizadas. O GED também permite a criação de trilhas de auditoria que registram todas as ações realizadas em relação a um documento.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO A LGPD NA PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL: OS DIREITOS FUNDAMENTAIS A LGPD E A RELAÇÃO COM OUTROS DIPLOMAS LEGAIS ÂMBITO DE APLICAÇÃO DA LGPD OS FUNDAMENTOS DA LGPD AULA 2 INTRODUÇÃO CONCEITOS FUNDAMENTAIS HIPÓTESES LEGAIS E GERAIS DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS CONSENTIMENTO DO TITULAR LEGÍTIMO INTERESSE DO CONTROLADOR AULA 3 INTRODUÇÃO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO COMPARTILHAMENTO DE DADOS PELO PODER PÚBLICO AULA 4 INTRODUÇÃO DIREITOS DO TITULAR DE DADOS PESSOAIS CICLO DE VIDA DOS DADOS PESSOAIS AGENTES DE TRATAMENTO DE DADOS: CONTROLADOR E OPERADOR ENCARREGADO DOS DADOS (DPO) AULA 5 INTRODUÇÃO SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO NACIONAL
ÓRGÃOS ESTADUAIS DE FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO
O PAPEL DO CONTROLE EXTERNO NA FISCALIZAÇÃO DA LGPD

AULA 6

INTRODUÇÃO

BOAS PRÁTICAS E GOVERNANÇA

PREMISSAS FUNDAMENTAIS DE GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE À LUZ DA LGPD

ELEMENTOS MANDATÓRIOS MÍNIMOS DO PROGRAMA DE GOVERNANÇA EM

PRIVACIDADE

O PROGRAMA DE “GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE”: COMO ESTRUTURÁ-LO?

BIBLIOGRAFIA

- AMORA, J. Relação entre compliance e LGPD. Risco Legal, S.d. Disponível em: <https://vgriscolegal.com.br/blog/relacao-entre-lgpd-e-o-compliance/>.
- ANPD – Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Tratamento de dados pessoais pelo Poder Público – Guia orientativo. Brasília: ANPD, 2022.
- BARROS, L. Gestão eletrônica de documentos: o que é e como funciona a GED? Tangerino, 2022. Disponível em: <https://tangerino.com.br/blog/gestaoeletronica-de-documentos/#Como-funciona-a-Gestão-Eletrônica-deDocumentos?>.

DISCIPLINA:

TEORIA DE DIREITOS HUMANOS E SISTEMA INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO

RESUMO

Nesta disciplina, nosso enfoque maior será na compreensão geral do que se entende por direitos humanos e qual a problemática existente em torno dos variados conceitos de direitos humanos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS: DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS

CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS HUMANOS

CLASSIFICAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS

DIREITO DAS MINORIAS E OS DIREITOS HUMANOS: BREVES NOÇÕES

AULA 2

INTRODUÇÃO

PRINCIPAIS DIREITOS

PRINCIPAIS GARANTIAS E REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS

A QUESTÃO DOS TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS E A CONSTITUIÇÃO

BRASILEIRA

O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

AULA 3

INTRODUÇÃO

TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS DO SISTEMA GLOBAL PROTETIVO

OS ÓRGÃOS DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU

OS COMITÊS DE MONITORAMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU

DIREITOS E DEVERES – O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL – TPI

AULA 4

INTRODUÇÃO

SISTEMA EUROPEU DE DIREITOS HUMANOS

SISTEMA AFRICANO DE DIREITOS HUMANOS

OUTROS SISTEMAS PROTETIVOS

DIÁLOGO ENTRE TRIBUNAIS E A TEORIA DA FERTILIZAÇÃO CRUZADA

AULA 5

INTRODUÇÃO

A CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (PACTO DE SAN JOSÉ DA COSTA RICA)

A COMISSÃO INTERAMERICANA DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS

A CORTE INTERAMERICANA DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS

O ACESSO DO INDIVÍDUO AO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS

AULA 6

INTRODUÇÃO

OPINIÕES CONSULTIVAS DA CORTE IDH E DO BRASIL

JURISPRUDÊNCIA DA CORTE IDH CONTRA O BRASIL

CUMPRIMENTOS DA DECISÃO DA CORTE IDH

ANÁLISE DE CASO: BRASIL E A LEI DA ANISTIA

BIBLIOGRAFIAS

- BONAVIDES, P. Curso de Direito Constitucional. 31. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2016.
- BRASIL. Constituição (1988). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 out. 1988.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE educa. Quantidade de homens e mulheres, 2017. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>.

DISCIPLINA:

VISUALIZAÇÃO DE DADOS, MAPEAMENTO E NARRATIVAS

RESUMO

O uso constante das tecnologias na vida das pessoas é um dos fatores mais importantes para o desenvolvimento de uma cultura contemporânea denominada cibercultura. Essa cultura pode ser considerada uma direta evolução da cultura técnica moderna marcada pelas tecnologias digitais (Lemos; Cunha, 2003). Essa evolução aconteceu porque o ambiente digital disponibiliza espaços de compartilhamento de informações e conhecimento que promovem a troca de ideias e interações; esse ambiente pode ser chamado de ciberespaço. Mesmo sendo um conceito amplamente estudado no meio acadêmico, a origem do termo ciberespaço se dá no livro de ficção científica Neuromancer, de William Gibson, em 1984, na busca de exemplificar um espaço onde bilhões de operadores legítimos em cada nação se conectam em tempo real e formam uma constelação de dados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

DADO, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

CARACTERÍSTICAS DA INFORMAÇÃO

O VALOR DOS DADOS E DA INFORMAÇÃO
REDES SOCIAIS E DADOS COLABORATIVOS

AULA 2

INTRODUÇÃO
FORMATOS DE VISUALIZAÇÃO DOS DADOS
INFOGRÁFICOS
DESIGN DA INFORMAÇÃO
SEMIÓTICA PARA O DESIGN DA INFORMAÇÃO

AULA 3

INTRODUÇÃO
MÉTRICAS
INDICADORES-CHAVE DE DESEMPENHO
DECISÕES BASEADAS EM DADOS
MAPEAMENTO DE DADOS

AULA 4

INTRODUÇÃO
DADOS PRIMÁRIOS E SECUNDÁRIOS
ARMAZENAMENTO DE DADOS
BIG DATA
LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

AULA 5

INTRODUÇÃO
NARRATIVA DE DADOS
PROCESSO DE NARRATIVA DE DADOS
EXPERIÊNCIA NARRATIVA
NARRATIVA DE DADOS COMO ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL

AULA 6

INTRODUÇÃO
GESTÃO DE DADOS EM MOMENTOS DE CRISE
REDES DE RELACIONAMENTO
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E OS NOVOS PRODUTOS
USOS DE DADOS EM DIFERENTES SETORES

BIBLIOGRAFIAS

- WORLD'S MOST VALUABLE BRANDS. Forbes. Report, 2020. Disponível em: <https://www.forbes.com/the-worlds-most-valuable-brands>.
- SOUZA, M. V.; GIGLIO, K. (ed.). Mídias digitais, redes sociais e educação em rede: experiências na pesquisa e extensão universitária. Editora Blucher, 2015.
- REYNOLDS, G.; STAIR, R. Principles of Information Systems. Cengage Learning, 2010.

DISCIPLINA:

DIREITO DIGITAL/CIBERNÉTICO

RESUMO

O massivo uso da rede mundial de computadores, ou de serviços como uma rede social que inúmeros problemas de ordem jurídica podem ocorrer: desde o início, seja na hora de contratar (concordar com os famosos termos de uso e de serviço), passando por vazamento

de dados, exposição da privacidade e intimidade, furto ou roubo de senhas, fotos, documentos, cyberbullying, fake news, trollagem, stalking, tudo são riscos aos quais o usuário está sujeito e que podem trazer consequências de ordem socioambiental que têm o potencial de prejudicar os direitos de, às vezes, milhares de pessoas ao mesmo tempo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
MINERAÇÃO DE DADOS NO BIG DATA
MODELOS DE NEGÓCIOS NA INTERNET
O PAPEL DOS HUBS E LINKS NA INTERNET
UBERIZAÇÃO DA ECONOMIA

AULA 2

INTRODUÇÃO
PRIVACIDADE E INTIMIDADE NA NUVEM
REDES SOCIAIS: O QUE SÃO?
PRINCIPAIS CLÁUSULAS DOS TERMOS DE USO E DE SERVIÇO EM REDES SOCIAIS
PRIVACY BY DESIGN E PRIVACY BY DEFAULT

AULA 3

INTRODUÇÃO
A SOCIEDADE DE ALGORITMOS
VIESES DE ALGORITMOS
O "ROBÔ" COM PERSONALIDADE JURÍDICA PRÓPRIA?
COMPLIANCE DE ALGORITMOS

AULA 4

INTRODUÇÃO
AS FAKE NEWS E AS BOLHAS INFORMACIONAIS
PRINCIPAIS CONSEQUÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS DERIVADAS DO USO DA INTERNET
O DIREITO AO ESQUECIMENTO
NEUROMARKETING E VÍCIOS DE CONSENTIMENTO EM CONTRATOS ELETRÔNICOS

AULA 5

INTRODUÇÃO
CONCEITO E CARACTERÍSTICAS DA TRANSFERÊNCIA
O PAPEL DO KNOW-HOW NA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA
O PAPEL DO INPI NA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

AULA 6

INTRODUÇÃO
O CONSENTIMENTO NO NEGÓCIO JURÍDICO DIGITAL E SOB A ÉGIDE DA LGPD
DIREITO À PRIVACIDADE E INTIMIDADE X DIREITO À LIVRE INICIATIVA
SANÇÕES DA LGPD: UM RISCO À ATIVIDADE EMPRESARIAL DE MINERAÇÃO DE

DADOS?

O ATUAL CENÁRIO DO MERCADO DE ADEQUAÇÃO DA LGPD

BIBLIOGRAFIAS

- FREITAS, C. O. de A.; CAMPOS, F. H. F. de. Homo Consumens em Campus Algorítmicos: Proteção da Vulnerabilidade Enquanto Direito Fundamental e a Lei Geral de Proteção de Dados. Revista da Ajuris, Porto Alegre, v. 46, n. 146, p. 63-90, jun., 2019.
- FUCS, J. Por que a tarifa zero é inviável. Revista Época, 2 jul. 2013. Disponível em: <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2013/07/por-que-btarifa-zerob-einviavel.html>.
- GUEVANE, E. População Mundial Atingiu 7,6 Bilhões de Habitantes. ONU News, 21 jun. 2017. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2017/06/1589091-populacao-mundial-atingiu-76-bilhoes-de-habitantes>.

DISCIPLINA:

DESAFIOS ESTRATÉGICOS PARA A SEGURANÇA E DEFESA CIBERNÉTICA

RESUMO

O surgimento dos primeiros computadores, sua evolução e o advento da internet foram, e ainda são, facilitadores da criação e do consumo exponencial da informação de uma maneira cada vez mais imediata. As novas tecnologias possibilitam que a expressão dos pensamentos, bem como das ideias das pessoas, floresçam em tempo real, criando assim um ciclo que envolve a produção e o consumo do que podemos considerar como informações cibernéticas (Cordeiro Viana e Silva; Bandeira, 2016).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

A CIBERNÉTICA

O ESPAÇO CIBERNÉTICO

CIBERCULTURA

CIBERCRIMES

AULA 2

INTRODUÇÃO

SEGURANÇA CIBERNÉTICA

PRIVACIDADE CIBERNÉTICA

MANUTENÇÃO DA INTEGRIDADE DE DADOS

A GESTÃO DA SEGURANÇA, PRIVACIDADE E INTEGRIDADE DE DADOS NO
ESPAÇO CIBERNÉTICO

AULA 3

INTRODUÇÃO

COMPROMETIMENTO DA INTERNET

GOVERNANÇA

GOVERNANÇA NAS CORPORAÇÕES

RESILIÊNCIA, DISSUAÇÃO E DEFESA: A CIBERSEGURANÇA NAS CORPORAÇÕES

AULA 4

INTRODUÇÃO

POLÍTICA DE DEFESA CIBERNÉTICA BRASILEIRA

PARCERIAS INTERNACIONAIS

DOCTRINA MILITAR DE DEFESA CIBERNÉTICA (DMDC)

ESTRATÉGIA PARA GOVERNANÇA E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE DEFESA CIBERNÉTICA NO BRASIL

AULA 5

INTRODUÇÃO

INTELIGÊNCIA CIBERNÉTICA, SEGURANÇA CIBERNÉTICA E CIBERGUERRA
SITUAÇÃO DO BRASIL NO TOCANTE À SEGURANÇA CIBERNÉTICA
O SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA E DEFESA CIBERNÉTICA
QUESTÕES CRÍTICAS COM RELAÇÃO À SEGURANÇA CIBERNÉTICA

AULA 6

INTRODUÇÃO

DEFESA AMPLIADA CONTRA RAMSOMWARES
FALHAS DE SEGURANÇA NAS ESTRUTURAS DE PLATAFORMAS DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM
PERSPECTIVAS DE SEGURANÇA NA INTERNET DAS COISAS (IOT)
PORTA ABERTA DOS APPS E RISCOS DA MOBILIDADE TOTAL

BIBLIOGRAFIAS

- CIRIACO, D. Mais de 4 bilhões de pessoas usam a internet ao redor do mundo - TecMundo. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/internet/126654-4-bilhoes-pessoas-usam-internet-no-mundo.htm>.
- CODING RIGHTS E INSTITUTO BETA PARA INTERNET E A DEMOCRACIA. Segurança Cibernética – Nota Técnica da Sociedade Civil para a CPI de Crimes Cibernéticos 1.1 documentação. Disponível em: <https://cpiciber.codingrights.org/seguranca-cibernetica/>.
- COSTA, P. C. DE A. A. Riscos cibernéticos e a dificuldade em sua análise de risco. Disponível em: <http://poletto.adv.br/riscos-ciberneticos-e-a-dificuldadeem-sua-analise-de-risco-por-pedro-cardoso-de-almeida-andrade-costa/>.

DISCIPLINA:

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

RESUMO

O que é segurança da informação? O conceito de segurança em si já comporta vários significados. No idioma inglês, por exemplo, isso é diferenciado: o termo security refere-se à proteção contra ameaças intencionais, enquanto que seu sinônimo reliability indica a confiabilidade, a tolerância às falhas. Já o termo safety designa a proteção ao ambiente e aos seres vivos, incluindo-se aí a proteção à saúde e à vida. A segurança da informação é a parte da ciência da informação que tem por objetivo proteger os dados, as informações e os conhecimentos de modo a preservar o valor destes para os processos, produtos e serviços das pessoas e organizações.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

SEGURANÇA NO CICLO DA VIDA DE INFORMAÇÃO
SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO SUPOSTA POR TIC
SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO CONVENCIONAL
SEGURANÇA DA TIC NA OPERAÇÃO DOS NEGÓCIOS

AULA 2

INTRODUÇÃO

GESTÃO DE RISCOS

OS PROCESSOS DA GESTÃO DE RISCOS
TRATAMENTO DOS RISCOS
GESTÃO DA CONTINUIDADE DOS NEGÓCIOS

AULA 3

INTRODUÇÃO
ÁREAS DE CONTROLE
CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO
PADRÕES DE CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO
PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO

AULA 4

INTRODUÇÃO
CRİPTOGRAFIA SIMÉTRICA
CRİPTOGRAFIA ASSIMÉTRICA
ASSINATURA DIGITAL
INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS

AULA 5

INTRODUÇÃO
MONITORAMENTO DE TRÁFEGO
REDES PRIVADAS
MALWARE
INVASÃO DE PRIVACIDADE

AULA 6

INTRODUÇÃO
GOVERNANÇA DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL
CONSCIENTIZAÇÃO, TREINAMENTO E EDUCAÇÃO
PRINCÍPIOS ÉTICOS

BIBLIOGRAFIAS

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. ABNT NBR 16167 – Diretrizes para a classificação, rotulação e tratamento da informação. Coletânea de normas técnicas de segurança da informação. Rio de Janeiro: ABNT, 2013a.
- _____. ABNT NBR ISO/IEC 27002:2013 – Tecnologia da informação – Técnicas de segurança – Código de práticas para controles de segurança da informação. Coletânea de normas técnicas de segurança da informação. Rio de Janeiro: ABNT, 2013b.
- KOLBE Jr. A. Sistemas de segurança da informação na era do conhecimento. Curitiba: InterSaberes, 2017.